

Crise no Rio é debatida por subcomissão

As ações de combate à criminalidade devem ser tratadas como questão de Estado, disseram ontem o ministro da Justiça e o prefeito do Rio em debate na Subcomissão de Segurança do Senado.

Página 7



Márcio Kallume

DEBATE César Maia, Márcio Thomaz Bastos, Edison Lobão e Tasso Jereissati na audiência pública sobre a violência no estado do Rio

Paim quer mínimo de R\$ 312. Heloísa sugere R\$ 330

O senador Paulo Paim defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria que eleva o salário mínimo dos atuais R\$ 240 para R\$ 312. Já a senadora Heloísa Helena sugeriu fixar o mínimo em R\$ 330, com um reajuste de 36% do valor atual. Heloísa é também autora de projeto que fixa critérios para correção do mínimo.

Página 4

Senado homenageia São Paulo pelos 450 anos

O Senado lançou, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, uma *Edição Comemorativa em Homenagem aos 450 Anos de São Paulo*. Em outro evento, o senador Romeu Tuma doou, em nome da Casa, coleções de livros em braile a quatro entidades de assistência a portadores de deficiência visual.

Página 8

Falta consenso e relator pede mais prazo para MP dos cargos

Enfrentando oposição cerrada do PSDB e do PFL, a medida provisória que autoriza o Executivo a criar 2.793 cargos comissionados não deve ser votada esta semana. Delcídio Amaral pediu oito dias para apresentar seu relatório

Página 3



Gerardo Magela

APOIO Enquanto no Salão Verde representantes de comunidades indígenas acompanhavam a sessão da Câmara, no Senado, Ana Júlia Carepa se manifestava preocupada com os conflitos fundiários

Ana Júlia apóia regularização das terras. Mozarildo protesta contra denúncia na OEA

Página 7

Lei de Falências deverá ser discutida hoje pela CAE

O substitutivo do senador Ramez Tebet ao projeto da Lei de Falências começa a ser discutido hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Presidente da comissão, Tebet disse ter feito apelo aos senadores para iniciar logo o debate da proposta. Ele prevê a conclusão do exame do projeto já na próxima semana. O senador adiantou ainda que poderá dar, na reunião de hoje, parecer sobre 15 novas emendas encaminhadas depois da apresentação de seu relatório.

Página 3



Tebet quer votação rápida

Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

ESTATÍSTICA Eduardo Azeredo registra que 97% das crianças e adolescentes estão na escola

Governo do PSDB melhorou ensino no país, afirma Azeredo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez em Plenário um balanço sobre a educação durante o governo Fernando Henrique Cardoso, assunto que está sendo discutido em seminário do PSDB em São Paulo. As estatísticas, segundo ele, indicam que 97% das crianças e adolescentes estão na escola.

As pesquisas apresentadas pelo senador mostram ainda que, em relação ao ensino médio, em 1994, 5 milhões de jovens estavam na escola. Em 2002, o número subiu para 8 milhões.

Azeredo disse que algumas mudanças precisam ser feitas, como o aumento de um ano no ciclo do ensino fundamental, medida que já vigora em Minas Gerais. A criança começaria a estudar mais cedo, com 6 anos de idade.

Ele também homenageou o centenário da professora Alaíde Lisboa, primeira vereadora de BH. "A professora Alaíde, autora de livros infantis, é membro da Academia Mineira de Letras, dedicou sua vida à pesquisa e ao ensino e chega aos 100 anos lúcida e com saúde."

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Plenário do Senado realiza sessão não deliberativa

Devido a pedido de adiamento do exame do projeto que trata da reestruturação dos ministérios e cria cargos comissionados (PLV 20/04), que tem prioridade na pauta, o Plenário realiza hoje

sessão não deliberativa, sem a votação de matéria. Os senadores só devem retomar na próxima semana a discussão das medidas que trancam a pauta de votações.



Sarney recebe o ministro do Esporte

O presidente do Senado, José Sarney, concede duas audiências hoje. Às 17h30, ele recebe o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Clayton Campanhola, e, às 18h, Sarney conversa com o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz (foto). Os dois encontros serão na Presidência da Casa.

Doleiro presta depoimento sobre remessas ilegais ao exterior

O doleiro Antônio Oliveira Claramunt, conhecido como Toninho Barcelona, será ouvido hoje, às 11h, pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado. Escutas realizadas pela Justiça nos telefones de Claramunt indicaram seu envolvimento em transações ilegais de remessas de dólares ao exterior.

Comissão de Assuntos Econômicos pode votar Lei de Falências



Entre as propostas a serem analisadas hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, está o projeto que acaba com o acúmulo na cobrança das contribuições sociais PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as operações de venda de mercadorias e serviços por pessoas jurídicas (PLC 25/03). O colegiado examina ainda o relatório da Lei de Falências (PLC 71/03), apresentado na última reunião pelo senador Ramez Tebet.

Compensação para municípios mineradores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, às 10h, dois projetos que igualam a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao percentual pago pela exploração de petróleo (PLSs 104 e 105/03). Atualmente, a Compensação Financeira por Exploração Mineral (CFEM) atinge no máximo 3% do faturamento líquido, enquanto os royalties por exploração de petróleo garantem aos estados e municípios entre 5% e 10% das receitas.



CPI da Exploração Sexual

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual está hoje em Natal (RN) para ouvir pessoas envolvidas em denúncias de turismo sexual. Às 14h30, a comissão especial sobre a demarcação de terras indígenas discute o relatório dos parlamentares que estiveram em Roraima.

TV Senado discute urbanização

O programa *Cidadania* de hoje, exibido pela TV Senado, às 19h30, discute questões relativas à urbanização com o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, e com a secretária-executiva do Ministério das Cidades, Erminia Maricato.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Tebet anuncia candidatura de Temer em São Paulo

Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou ontem que o seu partido lançou no sábado a candidatura do presidente do PMDB, deputado Michel Temer, para concorrer à prefeitura de São Paulo. Tebet ressaltou que o PMDB não poderia ficar sem candidato na maior cidade do país, observando que, se isso ocorresse, seria o mesmo que duvidar da própria existência do partido. Tebet informou que estavam presentes ao encontro as principais lideranças do PMDB, entre elas o presidente do Senado, José Sarney, o líder do partido no Senado, Renan Calheiros, e o presidente do PMDB em São Paulo, Orestes Quércia. Para o senador, a iniciativa é um recado aos militantes, que se traduz na vontade de apoiar as medidas do governo que interessam ao país, sem que isso signifique que o partido não tem identidade própria. Tebet criticou o fato de o PMDB não ter participação nas decisões do governo e enfatizou a importância da disposição eleitoral do partido, já que tem um programa a defender.

Heráclito lamenta morte de prefeita

Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou em Plenário a morte da prefeita de Barra d'Alcântara (PI), Ivonete Guedes, vítima de acidente automobilístico. Ivonete, de 48 anos, cumpria seu segundo mandato, depois de obter 83% dos votos de seu município, no ano 2000.



Roosevelt Pinheiro

Heráclito: prefeita obteve 83% dos votos

O senador lembrou que a prefeita é irmã do jornalista Mussoline Guedes, atual editor-chefe do jornal *O Dia*, de Teresina (PI).

MP que cria cargos é adiada para o dia 27

Sarney atende pedido de mais prazo para a apresentação do parecer pelo relator-revisor

A pedido do relator-revisor, senador Delcídio Amaral (PT-MS), foi adiada ontem, pela quarta vez, a apresentação do parecer sobre o projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP) 163/04, que autoriza o

Poder Executivo a criar 2.793 cargos comissionados, de livre nomeação. O senador ponderou que vem levantando dados sobre a matéria em vários ministérios.

Com o novo adiamento, determinado pelo presidente do Senado, José Sarney, a medida provisória só voltará à pauta do Plenário na terça-feira da próxima semana, dia 27. Como a MP está trancando a ordem do dia, por ter prioridade constitucional, as sessões deliberati-

vas desta semana foram transformadas em não deliberativas, ou seja, serão destinadas apenas a discursos e comunicações dos senadores.

Essa medida provisória vem sendo criticada pelos partidos de oposição (PSDB e PFL), segundo os quais o Executivo pretende entregar os novos cargos a filiados do PT. O governo contesta, lembrando que metade dos cargos se destinará a servidores de carreira dos ministérios.

Desde a última quarta-feira, a votação da MP vem sendo adiada, porque o governo não tem segurança de que obterá maioria de votos para a aprovação. O PMDB, partido aliado, não garantiu até agora que a medida provisória terá apoio integral de seus 23 senadores. Os peemedebistas reivindicam maior participação no Executivo. Em jantar na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assegurou que o PMDB deverá ser atendido.



AVALIAÇÃO Delcídio Amaral diz que está colhendo mais subsídios nos ministérios

José Cruz

CAE deve iniciar hoje debate do substitutivo sobre Lei de Falências

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve iniciar hoje, às 10h, a discussão do substitutivo apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao projeto que institui a nova Lei de Falências.

Tebet, que preside a CAE, disse ter feito apelo aos integrantes da comissão para começar o debate da matéria, depois do pedido de vista concedido na última reunião. Ele prevê a conclusão do exame do projeto (PLC 71/03) pelo colegiado já na próxima semana.

O senador informou que deve apresentar o relatório sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 70/03) que modifica o Código Tributário Nacional (CTN), com o objetivo de ampliar o prazo de parcelamento dos créditos tributários das empresas em processo de recuperação judicial.

Ramez Tebet pretende engajar os fiscos estaduais, municipais e federal no esforço para recuperar as empresas em dificuldades financeiras, estabelecendo um prazo superior aos 36 meses atualmente previstos no código.

Tributos

Uma das propostas discutidas durante as audiências na CAE dilatava o parcelamento dos créditos tributários para 48 meses. Mas Tebet afirmou que ainda precisava ter mais uma conversa com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para estabelecer o maior prazo possível. Isso deveria ocorrer ainda ontem, segundo o relator, por intermédio de um contato telefônico ou mesmo um encontro entre os dois.

Tebet adiantou que poderá



Roosevelt Pinheiro

SOLUÇÃO Ramez Tebet defende prazo maior para empresa em recuperação quitar tributo

apresentar, durante a reunião de hoje, parecer sobre as 15 novas emendas encaminhadas depois da apresentação do seu relatório, totalizando assim 96 emendas ao projeto de Lei de Falências. O relator reordenou o projeto da Câmara com o intuito de dar maior clareza ao texto legal e dirimir as dúvidas que surgiram durante as audiências na CAE, aperfeiçoou os mecanismos de recuperação de empresas e garantiu prioridade para os trabalhadores no recebimento dos seus créditos.

Dos 222 artigos aprovados pelos deputados, o relatório de Tebet manteve na íntegra apenas oito. O substitutivo tem 200 artigos. A matéria deve ser submetida ao crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ser remetida ao Plenário. Tebet acredita que o Senado consiga completar a votação do projeto sobre a nova Lei de Falências ainda neste semestre.

Principais pontos do substitutivo do relator ao projeto da Lei de Falências

Como está na redação da Câmara	Como fica com o substitutivo
Sucessão trabalhista na falência Embora o texto da Câmara mencione que o arrematante não é sucessor das obrigações do falido (art. 153, § 4º, II), não é claro sobre a sucessão trabalhista.	O substitutivo deixa claro que, exclusivamente na falência, não há sucessão do arrematante nas obrigações trabalhistas da massa falida (art. 141, II).
Sucessão trabalhista na recuperação judicial Mantém-se a sucessão trabalhista na recuperação judicial na redação da Câmara.	O substitutivo mantém a sucessão trabalhista na recuperação judicial (art. 60, parágrafo único).
Superprioridade dos trabalhadores na falência Segundo o texto da Câmara, há prioridade absoluta para as restituições em dinheiro, inclusive adiantamentos a contratos de câmbio (ACC).	O substitutivo diferencia as restituições de bens das restituições de dinheiro, entre as quais se inclui os ACC. Os créditos trabalhistas referentes a salários vencidos nos três meses anteriores à falência, no limite de cinco salários mínimos, têm prioridade até mesmo sobre os ACC.
Limite para a preferência dos créditos trabalhistas na falência Não há na redação da Câmara (art. 11, I).	No substitutivo, há limite de 150 salários mínimos para o recebimento com prioridade sobre qualquer outro credor (art. 83, I). O saldo é inscrito para recebimento com os quirografários (art. 83, V). Não há limite para o crédito por acidente do trabalho (art. 83, I).
Limite para a preferência dos créditos trabalhistas na recuperação judicial Não há na redação da Câmara.	Não há no substitutivo, mesmo porque só faz sentido falar em preferência na falência, pois todos os créditos devem ser pagos na recuperação judicial. No entanto, os valores relativos a salários ou sentenças judiciais trabalhistas devem ser pagos em, no máximo, doze meses.
Votação dos trabalhadores na assembleia geral de credores Na redação da Câmara, o voto dos trabalhadores é proporcional ao valor de seu crédito em qualquer caso (art. 38, § 4º).	Segundo o substitutivo, tratando-se de deliberação sobre o plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor, os trabalhadores votam por cabeça, independentemente do valor de seu crédito (art. 45, § 2º). Nas demais deliberações, votam em função do valor de seu crédito (art. 42).





HISTÓRIA Tuma lembra que em 1648 as tropas luso-brasileiras derrotaram os holandeses

Tuma lembra Dia do Exército e critica ação da Funai

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou o Exército Brasileiro, que comemorou ontem o seu dia. O senador lembrou que foi em 19 de abril de 1648 que tropas luso-brasileiras derrotaram os regimentos holandeses na primeira batalha de Guararapes, em Pernambuco.

– A aliança selada pelo sangue e o suor das batalhas, a solidariedade na luta entre portugueses, seus descendentes, negros e índios, representa um momento histórico que se projeta para o futuro, no rumo da construção de nossa grande nação – salientou.

Tuma também encaminhou requerimento de voto de aplauso ao Exército Brasileiro.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que serviu o Exército e que aprendeu muito com a experiência.

– O que aprendi nesse tempo foi muito útil depois, quando assumi o cargo de governador do Piauí – disse Mão Santa, que defendeu o fortalecimento do Exército.

Dizendo-se assustado com o noticiário sobre a morte de 30 garimpeiros em terras indígenas, Romeu Tuma manifestou preocupação com o que considera omissão por parte do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). O senador disse que entrevista do presidente da Funai deu a entender que ele estimula o assassinato de invasores de terras indígenas. Tuma acredita que os fazendeiros também podem começar a pensar que têm o mesmo direito.

– Por que a Funai proibiu a entrada da Polícia Federal na reserva indígena quando os garimpeiros ainda estavam vivos? Acredito que, quando a PF tem conhecimento de que um crime está para ser cometido, tem que entrar para impedir.

Paim insiste no salário mínimo de R\$ 312

Aumento beneficia 112 milhões, afirma. Senador homenageia desempregado que se imolou em Brasília

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem aprovação do projeto de sua autoria que eleva o salário mínimo dos atuais R\$ 240 para R\$ 312. O parlamentar gaúcho disse esperar que a proposta, relatada favoravelmente pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), suplante a intenção do Ministério da Fazenda de aumentar o mínimo para R\$ 256.

O senador apresentou números para clarear a discussão. Ao contrário do que muitos acreditam, o aumento do salário mínimo seria uma fonte de melhoria econômica e social para 112 milhões de brasileiros, não para 3 milhões, apenas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56 milhões de pessoas possuem renda que não ultrapassa R\$ 78, ou seja, um terço do mínimo, e se encontram em estado de miséria absoluta.

Um contingente semelhante estaria na faixa de R\$ 78 a um salário mínimo. Para todos esses brasileiros, o aumento seria muito importante, já que sua renda acabaria aumentando em consequência da elevação do mínimo.

Outro mito combatido por Paim é o de que o aumento do salário mínimo é inflacionário.



Fotos: Rosevelt Pinheiro

NÚMEROS Paim apresenta sugestões para a obtenção de recursos que garantam reajuste

Ele lembrou que a barreira dos US\$ 100 foi ultrapassada em 1991, 1995 e 1998, sem repique sobre os preços em geral.

E para quem afirma que o reajuste do mínimo pode elevar o déficit público por causa da repercussão nas despesas da Previdência Social, Paim observou que há um superávit de R\$ 31 bilhões no financiamento da seguridade social, que se reduziria a R\$ 5 bilhões, deduzida uma série de gastos como os de saúde e o fundo de pobreza. A esses R\$ 5 bilhões poderiam ser somados R\$ 3 bilhões de aumento na arrecadação a cargo da Receita Federal, o que seria suficiente para bancar a elevação do mínimo.

O senador apresentou outras sugestões para o governo reunir recursos: trocar a base de cálculo da contribuição previdenciária da folha salarial para o faturamento; cobrar os devedores da Previdência; e combater as fraudes.

Paim foi apoiado em aparte por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Homenagem

Paim apresentou ontem requerimento de pesar pela morte do desempregado José Antônio Andrade de Souza, que morreu no sábado, vítima de queimaduras de 2º e 3º graus. Na terça-feira, ele havia ateado fogo ao corpo depois de pedir audiência ao presidente Lula.

Apoiado em aparte pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), Paim pediu ao governo que promova a transferência do corpo de Souza até sua cidade. E requereu, além da aprovação e voto de pesar, o registro nos anais do Senado de versos seus em homenagem a José Antonio: “Ele se chamava José/Morreu ontem, 18 de abril de 2004/Deixou a mulher Maria, grávida, e uma filha de oito anos/Quantos Antonio, Paulo, João, Maria estão morrendo/Desesperados a cada dia, fruto da miséria, do desemprego e da fome?/Seu corpo se tornou uma tocha viva/Este cidadão de 40 anos morreu queimado, desempregado/Queria trabalhar, queria um salário, o coitado/Tombou em frente ao Palácio/O incêndio nas suas roupas, na sua carne/Parecia uma estrela cadente a pedir socorro/Se confundindo com os raios e trovões daquela manhã nublada de Brasília/Que estas chamas tão doloridas sirvam para iluminar nossas mentes/Para mostrar o caminho da humanidade/Na busca do emprego e do salário tão sonhado/Não nos deixem só a sonhar/O nosso povo está morrendo”.



“ANARQUIA” Segundo Eduardo, governo precisa agir para impedir ações como as do MST

Eduardo pede a Lula que reafirme autoridade

Ao afirmar que o crescimento das invasões de terra no campo e da violência nos centros urbanos está desestabilizando a produção nacional e preocupando a população brasileira, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que reafirme sua autoridade e adote medidas capazes de afastar do país a sensação de bagunça e descontrole.

– O presidente da República terá o mais amplo e irrestrito apoio se resolver bater a mão na mesa e dar exemplos, em todos os sentidos. Ele tem que proibir a anarquia das invasões no campo e fazer intervenção em governos estaduais se esta for a saída para diminuir a violência – disse Eduardo Siqueira Campos.

O senador afirmou que o governo não pode permanecer passivo quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra invade uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF), fecha um posto do Banco do Brasil, ocupa uma sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou uma fazenda produtiva.

Além de medidas efetivas para combater a violência, Eduardo cobrou do presidente da República iniciativas de caráter geral como a diminuição do número de ministérios e a redução dos gastos da máquina administrativa. Ele também aconselhou ao presidente a leitura de um texto chamado *O construtor de exemplos*, que demonstra que, muito mais que as palavras, vale a força dos exemplos.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) citou uma frase que teria sido pronunciada pelo Padre Antonio Vieira: “Uma palavra sem exemplo é como um tiro sem bala. O exemplo arrasta”.

Para Heloísa, valor deve ser de R\$ 330

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) pediu apoio a projeto de sua autoria que determina um aumento de 36% no valor do salário mínimo. Se aprovado, o menor salário do país passará a ser de R\$ 330. Ela informou que apenas oferecendo este percentual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá condições de cumprir a promessa que fez, durante a campanha eleitoral, de dobrar o poder de compra do salário mínimo nos seus quatro anos de mandato.

Registrando que a deputada federal Luciana Genro (sem partido-RS) apresentou proposta



COERÊNCIA Heloísa Helena cobra de Lula os compromissos da campanha eleitoral

semelhante na Câmara, Heloísa lembrou que no ano passado o governo apenas recompôs as perdas inflacionárias do salário

mínimo, não promovendo nenhum aumento real. Para ela, aumentar o mínimo apenas para um valor equivalente a 100 dólares, como alguns parlamentares estão defendendo, é insuficiente.

– Nós que fomos eleitores de Lula nos sentimos à vontade para cobrar dele os seus compromissos de campanha, entre eles o de dobrar o valor real do salário mínimo. E para que o presidente da República não continue investindo nesse cínico memorial de contradições que tem sido o seu governo, é fundamental a aprovação do projeto de lei que apresentei.



ESTATAL Antonio Carlos critica substituição de Pinguelli Rosa na presidência da Eletrobrás

ACM defende competência em cargo público

Apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de priorizar a competência no preenchimento de cargos de alto escalão no governo federal foi feito, ontem, pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Essa postura não excluiria, conforme ressaltou, a indicação de correligionários ou integrantes de partidos aliados, desde que sejam escolhidos “os bons, com folha corrida decente”.

– Presidente, pense no Brasil e não aceite imposição de quem quer que seja – aconselhou.

Antonio Carlos advertiu que, se o presidente Lula quer o respaldo do povo ao seu governo, não pode abandoná-lo (o povo) em detrimento das forças políticas. Segundo o parlamentar, o que a população espera é uma administração “competente e independente” para o país.

A manifestação de Antonio Carlos foi motivada pela possível substituição, noticiada pela imprensa, do físico Luiz Pinguelli Rosa na presidência da Eletrobrás. Na opinião do senador, a escolha de dirigentes para empresas públicas estratégicas não pode estar sujeita “à divisão fisiológica que a política tem, há muito tempo, tentado imprimir”.

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heráclito Fortes (PFL-PI) defenderam a atuação de Pinguelli à frente da estatal.

Sérgio Guerra quer união em defesa do Nordeste

■ Senador afirma que, durante o governo Lula, não foi enviado nenhum recurso para obra na região

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) propôs, ontem, às lideranças partidárias e aos parlamentares nordestinos que pressionem o governo para que as áreas mais pobres do país, sobretudo as do Nordeste, recebam investimentos capazes de promover o seu desenvolvimento. Ele lamentou que durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva ainda não tenham chegado recursos à região.

– O caso do Nordeste é revoltante. Nenhum tostão chegou à região. As obras, tanto as pequenas quanto as médias e grandes, estão paralisadas. Até



CARÊNCIA Segundo Sérgio Guerra, empreendimentos estão parados por falta de verba

as instituições, como a antiga e a nova Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) estão desmoralizadas. Dinheiro federal, ninguém vê. Os recursos prometidos para amenizar as conseqüências

Fotos: Roosevelt Fimbeiro

das últimas chuvas são desconhecidos.

Conforme Sérgio Guerra, a cada dia o governo Lula divulga “um novo programa que não sairá do papel”. Citou como exemplo a construção da Ferrovia Transnordestina, anunciada pelo ministro Ciro Gomes e pelo presidente da República, que terminou sendo vetada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O parlamentar considerou simplória a justificativa para a não autorização da obra: o superávit primário.

A nomeação de lideranças políticas para cargos na administração pública e nas estatais também foi criticada por Sérgio Guerra. Apesar de concordar que os partidos devem participar das indicações, advertiu que a vulgarização desse mecanismo atinge a qualidade do serviço público.

Pavan diz que, por respeito à lei, não deslocou verba para atender flagelado

Em discurso no Plenário, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu-se ontem da acusação de que não teria deslocado R\$ 3 milhões em emendas de sua autoria ao Orçamento da União para socorro aos flagelados de estiagens e tempestades no Sul do país. Conforme o parlamentar, por força da legislação, os recursos estão presos a projetos do Ministério do Turismo e não podem ser transferidos para outras ações.

Segundo Pavan, a denúncia partiu de um senador por Santa Catarina cujo nome ele não quis revelar, para evitar que o acusador tivesse direito a resposta no Plenário do Senado. Por meio de panfleto, esse senador teria propagandeado decisão de abrir mão de emendas



REPÚDIO Leonel Pavan repele acusações veiculadas por meio de panfletos em seu estado

no valor de R\$ 6 milhões para utilização em ajuda a vítimas de intempéries como o furacão *Catarina*. O panfleto questiona o fato de Pavan não ter feito o mesmo.

– Não fiz porque a lei me impede, mas quero deixar claro que a responsabilidade por re-

passar recursos para a assistência a vítimas de calamidades é do governo – afirmou Pavan, que voltou a criticar o governo Lula.

Pavan também se referiu à reivindicação dos policiais rodoviários de Santa Catarina, que buscam a reorganização da carreira de policial rodoviário federal, por meio da edição do artigo 4º da Lei 9.654/98.

Pavan protestou ainda contra o tratamento dispensado pela alfândega argentina a membros da Secretaria de Turismo de Santa Catarina. Eles foram àquele país participar de seminários promovidos em parceria com a Associação Argentina de Operadores de Viagem, e tiveram material promocional apreendido.



REPARO Serys lamenta declaração do secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso

Serys destaca apoio oficial a ferrovia em MT

A senadora Serys Shlesarenko (PT-MT) qualificou como “irresponsáveis” as declarações do secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso ao jornal *Folha do Estado*, de Cuiabá, que se declarou, no último fim de semana, pessimista em relação à continuidade das obras de construção da Ferrovia Senador Vicente Vuolo, realizadas pela Ferronorte.

Ela considerou estranho que um auxiliar do governador Blairo Maggi demonstre desconhecimento quanto ao interesse do governo federal com relação à obra. Em 2003, lembrou, o presidente Lula não só passou de trem no trecho Alto Taquari-Alto Araguaia como garantiu perante o governador que a ferrovia chegará em Cuiabá ainda em seu governo.

– Nós temos o compromisso do presidente Lula, temos o compromisso do ministro Ciro Gomes, de toda a estrutura do governo federal, de que as obras da Ferronorte serão tocadas, de que os trilhos da ferrovia chegarão, sim, até Rondonópolis e que brevemente estarão chegando também até a cidade de Cuiabá.

Além do “apoio irrestrito” do ministro Ciro Gomes, Serys destacou a previsão de acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que a instituição seja o grande parceiro da Ferronorte.



EFEITO Mão Santa diz que “núcleo duro” provoca queda do presidente nas pesquisas

Mão Santa atribui a Lula culpa pela bitributação do gás

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), a culpa pela bitributação do gás de cozinha é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele citou a lei assinada em dezembro pelo presidente da República e pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que, segundo afirmou, permite a bitributação. Ele também leu matéria do jornal *Meio Norte* informando que o preço do botijão de gás no Piauí é o

mais alto do país, por causa da duplicidade do imposto.

– Se o nosso irmão Cristo andasse hoje nas ruas e um brasileiro lhe perguntasse se é justo pagar esse imposto, ele puxaria o chicote, como puxou uma vez para expulsar os vendilhões do templo, e diria que não, não é justo pagar esse imposto para o PT, o partido do imposto. Eu fujo desse partido como o diabo

foge da cruz – declarou ele, em discurso da tribuna.

Mão Santa disse que um botijão de gás está custando R\$ 35 em Teresina e R\$ 40 no interior do estado, e perguntou por que o “núcleo duro e burro” do governo não edita medida provisória para corrigir o erro. Ele acrescentou que “o núcleo duro” do governo é o responsável pela queda de Lula nas pesquisas de

opinião pública, e que o seu partido, o PMDB, tem merecido críticas pelo apoio ao governo do PT.

– PMDB precisa acordar. São só jantares. Na casa do Ney Suassuna (PMDB-PB) eu já engordei uns oito quilos em jantares para ministros do PT. O núcleo duro está levando a dureza para o povo pobre do Piauí – observou. Em aparte, recebeu apoio de Almeida Lima (PDT-SE).

Diretora do Unicef visita Senado

A diretora-executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Carol Bellamy, esteve ontem no Plenário do Senado, onde elogiou a boa vontade da Casa na aprovação dos diversos protocolos das Nações Unidas referentes à defesa dos direitos da infância e da adolescência. Juntamente com a representante do Unicef no Brasil, Reiko Niimi, Carol conversou com a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a atuação da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, coordenada por Patrícia no Senado.



Carol Bellamy (de óculos), ao lado de Suplicy, Patrícia e Reiko Niimi, do Unicef do Brasil

João Ribeiro destaca feira no TO

O senador João Ribeiro (PFL-TO) ressaltou a relevância da realização, no estado do Tocantins, da 2ª Feira de Negócios de Colinas, um evento multissetorial que engloba atividades nas áreas de indústria, comércio, serviços e pecuária, e que se encerrará amanhã.

A Associação Comercial e Industrial de Colinas (Acicolinas), uma das organizadoras da feira, espera que o evento receba 30 mil visitantes, movimentando cerca de R\$ 10 milhões em negócios. O senador afirmou que a feira é uma oportunidade ímpar para que empresários que desejem investir na região possam perceber a potencialidade local.



João Ribeiro: boa oportunidade de investimentos



PERGUNTA Arthur Virgílio: "E se o caso Waldomiro não tivesse ocorrido, haveria proibição?"

Virgílio critica PT, que proibiu doações de jogo do bicho

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), questionou da tribuna a decisão do diretório nacional do PT, tomada no domingo, de proibir que seus candidatos recebam dinheiro para campanha eleitoral oriundo do jogo do bicho, de bingos e de empresas permissionárias de serviço público.

– O PT proíbe agora doação de bicheiro. Quer dizer que antes podia? Antes o PT não proibia? Se não tivesse ocorrido o escândalo Waldomiro Diniz, o PT nada faria? – interrogou, em tom de ironia, o senador.

Arthur Virgílio disse que ficou "estupefocado" ao ler uma entrevista de Delúbio Soares, tesoureiro do PT, no jornal *O Globo*, na qual ele discordou da idéia de alguns petistas de colocar na Internet, *on line*, as contas de campanha dos candidatos do partido a qualquer cargo eletivo. O objetivo era tornar a campanha eleitoral mais transparente, mostrando a origem do dinheiro e onde ele é aplicado.

O senador considerou "de muita gravidade" o espancamento do ex-vice-presidente de Logística da Caixa Econômica Federal no governo Fernando Henrique Cardoso, Mário Haag, em sua fazenda próxima a Brasília. Lembrou que Haag é testemunha no caso Waldomiro Diniz.

Ideli registra inclusão de Lula na lista da *Time*

■ Para senadora, revista tem razão em apontar presidente como uma das cem pessoas mais influentes do mundo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) registrou ontem a inclusão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lista das cem pessoas mais influentes no mundo, elaborada pela revista norte-americana *Time*. A revista classificou o presidente brasileiro como porta-voz dos países em desenvolvimento. Além disso, frisou a senadora, Lula é o único latino-americano na lista e um dos cinco chefes de Estado incluídos.

Para Ideli, a inclusão de Lula se deve ao trabalho "muito firme



PARCERIAS Ideli destaca trabalho do governo ao discutir mudança de critérios com FMI

me e muito forte" na busca de parcerias no cenário internacional e à abordagem de temas como a mudança dos critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI) na concessão de empréstimos a países em desenvolvimento, como o Brasil. Ela explicou que Lula quer reti-

rar da categoria de gasto governamental os investimentos em infra-estrutura.

Ideli Salvatti também registrou a chegada ontem, ao Brasil, do vice-primeiro-ministro da China. Segundo ela, a visita já é parte da preparação para a viagem de Lula àquele país em maio.

A senadora também ressaltou a possibilidade de a China realizar investimentos no valor de US\$ 10 bilhões no Brasil, em infra-estrutura portuária e ferroviária.

– A China já é o nosso terceiro parceiro comercial. No ano passado, houve um aumento de 60% nas exportações brasileiras para o país. Não é à toa nem é de graça que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está na lista da *Time* – concluiu.

Hélio Costa justifica nome do presidente brasileiro na revista

A inclusão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na lista das cem pessoas mais influentes no mundo, elaborada pela revista norte-americana *Time*, foi destacada também pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

– Trata-se de uma liderança que nasceu de um simples presidente de sindicato e assumiu a Presidência do mais importante país da América Latina – salientou.

Hélio Costa assinalou também que Lula figura ao lado de lideranças como o papa João Paulo II; o ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela; o golfista norte-americano Tiger Woods; o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger; o secretário-geral da ONU, Kofi Anan; o presidente da Coreia do Norte, Kim Jong Il; o

presidente dos Estados Unidos, George Bush; o candidato democrata à Presidência dos EUA John Kerry "e até de Bin Laden, infelizmente".

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou a lista "ridícula, estapafúrdia, infeliz e sem nenhuma inspiração". Ele disse que concorda mais com a lista elaborada por Pelé, com os melhores jogadores de futebol do século passado, do que com a lista da *Time*.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), observou que é apenas natural a inclusão do presidente brasileiro na lista da *Time*, uma vez que presidente o mais importante país da América Latina.

– O presidente Fernando Henrique fez parte dessa lista, o presidente Lula foi incluído e o próximo presidente brasilei-



LIDERANÇA Hélio Costa defende a presença de Lula ao lado de líderes como Nelson Mandela

ro certamente estará nessa lista, que é mais uma homenagem ao Brasil do que outra coisa. Não sei nem se o presidente Lula ficou satisfeito com isso, pois, quando viaja por aí emprestando dinheiro do BNDES, deve achar que é um dos três líderes mais importantes do mundo – afirmou.



PROPINA Alvaro Dias: segundo o jornal, dinheiro era entregue por Gilberto Carvalho

Alvaro Dias aponta "novos contornos" no caso Celso Daniel

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou da tribuna que a entrevista que o médico João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito petista Celso Daniel, de Santo André (SP), assassinado em 2002, concedeu no final de semana ao jornal *O Estado de S. Paulo*, "inegavelmente dá novos contornos" ao caso.

Na entrevista, João Francisco Daniel afirma que o secretário particular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, lhe disse por duas vezes, inclusive na presença de testemunha, que tinha a incumbência de levar dinheiro de propina para o PT e esse dinheiro era entregue ao então presidente do partido, José Dirceu.

Alvaro Dias leu vários trechos da entrevista, lembrando que foi a primeira vez que João Francisco falou publicamente sobre a história da suposta corrupção depois que o Supremo Tribunal Federal arquivou pedido da Procuradoria Geral da República, em agosto de 2002, para investigar a denúncia.

Conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, João Francisco Daniel e seu irmão Bruno Daniel Filho "não vão dar folga à polícia e ao PT enquanto não derubarem a tese oficial da Secretaria de Segurança que empurra o caso para a vala do crime comum".

No Dia do Índio, Ana Júlia faz apelo por demarcação

Ao celebrar a passagem do Dia do Índio, que transcorreu ontem, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) leu carta aberta assinada por representantes de 32 povos indígenas que estão acampados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. No abaixo-assinado, os índios solicitam a regularização de todas as terras indígenas do país. A carta também pede a imediata homologação da área Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

O documento dos representantes indígenas ainda manifesta preocupação com o conflito entre os índios cintas-largas e garimpeiros no extremo noroeste de Mato Grosso e sul/sudeste de Rondônia. Eles criticaram a cobertura da imprensa sobre o assassinato de vários garimpeiros que trabalhavam irregularmente em jazidas de diamantes existentes na reserva dos cintas-largas.

Apesar de condenar o assassinato dos garimpeiros e ex-



Roosevelt Pinheiro

COMPARAÇÃO Para Ana Júlia, mortes de índios podem ser computadas em milhares

pressar solidariedade às suas famílias, Ana Júlia opinou que não se pode apenas condenar os índios e esquecer que, desde o fim da década de 60, quando a tribo foi contatada pela primeira vez, a população dos cintas-largas encolheu de 5 mil para 1,3 mil. Ela registrou que as terras desses índios já sofreram vários processos de invasões de garimpeiros e madeireiros.

– Acho que os crimes têm que ser apurados e os que praticaram os assassinatos devem ser presos. Mas não podemos esquecer que, enquanto as mortes dos garimpeiros estão sendo contadas em dezenas, as dos índios são computadas em milhares – comparou.



Roosevelt Pinheiro

SOBERANIA Mozarildo observa que a reserva Raposa/Serra do Sol fica na região de fronteira

Mozarildo protesta contra denúncia feita à OEA

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) protestou ontem contra denúncia feita pela índia do povo Wapichana, na Organização dos Estados Americanos (OEA), contra o governo brasileiro, de maus-tratos aos indígenas e demora na demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, na região da fronteira norte do país.

– A denúncia é mentirosa, macula a imagem do governo brasileiro e reivindica pressa desmedida na homologação de

uma reserva que tem implicações graves de soberania nacional, que precisam ser pesadas com rigor – disse.

De acordo com o senador, somente em Roraima já foram demarcadas 32 reservas, cinco das quais no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. As entidades religiosas e as organizações não-governamentais (ONGs) que atuam no extremo norte do país pressionam pela demarcação de 1,7 milhão de hectares, de maneira contínua, para abrigar 15 mil índios. Por outro lado, empresários, governantes e a imensa maioria da população civil preferem a demarcação em ilhas, o que equivaleria a uma diminuição de apenas 15% da área.

Mozarildo ressaltou a necessidade de defender a soberania nacional, pois a reserva é formada de longa faixa de fronteira, numa região explosiva, que convive com a proximidade de guerrilheiros e traficantes.

Mozarildo sugeriu ao presidente Lula que não se deixe influenciar por denúncias infundadas, e decida sobre a reserva Raposa/Serra do Sol com serenidade e na hora certa, atendendo à comunidade indígena, sem obstruir o desenvolvimento econômico da região.

Senadores e ministro da Justiça discutem violência

■ Na Subcomissão de Segurança, Thomaz Bastos defende que combate ao crime é questão de Estado

Em debate sobre a crise no sistema de segurança pública no Rio de Janeiro, na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, disseram que as ações de combate à criminalidade devem ser tratadas como questão de Estado, independentemente de governos. Eles também defenderam a necessidade de se isentar de culpa o usuário de drogas, tornando mais rigorosa, entretanto, a punição do traficante, como previsto no projeto da Lei Nacional Antidrogas em discussão no Senado.

Na avaliação de César Maia, o avanço do narcotráfico no estado remonta aos anos 80, quando teria ocorrido uma redução no orçamento para a segurança pública. Sobre a atuação das Forças Armadas, o prefeito acredita que sua função deve ser mais de suporte que policial. Diante da dificuldade para infiltração policial no es-



Moreira Mariz

PREOCUPAÇÃO Thomaz Bastos (D) e César Maia, no debate com senadores, defendem mais rigor na punição dos traficantes

queima de varejo de drogas, o prefeito considera essencial o incentivo ao treinamento de pessoal e ao aperfeiçoamento do aparato de inteligência, ressaltando ainda a importância de ações na área educacional e reabilitação de dependentes químicos.

O ministro Márcio Thomaz Bastos realçou as principais iniciativas do Plano Nacional de Segurança Pública, que deve quitar R\$ 177 milhões de restos a pagar de 2003 até maio próximo. Ele anunciou a construção de cinco presídios federais com mil vagas e afirmou que está em fase adiantada a licita-

ção de unidades prisionais em Mato Grosso, no Paraná e em Rondônia. O ministro salientou a abertura de concurso para contratação de 500 guardas penitenciários federais.

Thomaz Bastos destacou a montagem da Operação Suporte com a Polícia Federal, cuja escuta telefônica teria possibilitado, inclusive, a ação policial na favela da Rocinha.

Disse ainda que, dos R\$ 38 milhões destinados para ações de segurança pública no estado, R\$ 9 milhões foram liberados, devendo o restante ser disponibilizado com a quitação dos restos a pagar.



Gerardo Magela

ESFORÇO Ao lado de Paim, Sarney ouve trabalhadores sobre plano para salvar a Varig da falência

Sarney recebe trabalhadores da Varig

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes da união de associações Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), que lhe pediram que interceda para que o governo conheça o projeto elaborado para reestruturar a companhia e salvá-la da falên-

cia. Eles estavam acompanhados de vários parlamentares, inclusive o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS).

Márcio Marsillac, porta-voz da TGV, relatou a Sarney a preocupação com os números do balanço de 2003 da empresa, que registra uma dívida de R\$

7 bilhões. Marsillac disse a Sarney que a preocupação dos profissionais é evitar que a Varig tome o caminho a que foram levadas empresas como a Parmalat, Encol e Transbrasil. De acordo com seu relato à saída do encontro, Sarney prometeu ajudar os trabalhadores.

Senado lança obra para celebrar os 450 anos de SP

Edição republica livros de Washington Luís, Afonso Taunay e Pedro Taques de Almeida Paes Leme

O Senado lançou, na Bial Internacional do Livro de São Paulo, uma *Edição Comemorativa em Homenagem aos 450 anos de São Paulo*. O público fez fila para pedir, nesta e em outras obras, autógrafos dos senadores Romeu Tuma (PFL) e Aloizio Mercadante (PT), que prestigiaram o evento.

A *Edição Comemorativa* é integrada por três obras essenciais para o conhecimento da história da cidade, acondicionadas em um estojo especial. São os livros: *Na Capitania de São Vicente*, do ex-presidente e historiador Washington Luís (prefaciado por Mercadante); *História da Cidade de São Paulo*, de Afonso d'Escragolle Taunay (com prefácio do senador Eduardo Suplicy, PT-SP); e *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (apresentado por Tuma). O estojo é ilustrado com aquarela de José Wash Rodrigues.

Primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma destacou o sucesso do estande na bienal. Para ele, a presença do Senado na feira "é indispensável", uma vez que São Paulo é "um corredor de cultura". Tuma elogiou a "visão de estadista" do presidente da Casa, José Sarney, que "tem investido muito" nas produções gráficas da Casa.

Para Tuma, as obras têm im-



EVENTO Mercadante e Tuma, ao lado de Agaciel e de outros diretores do Senado, exibem os livros lançados na Bial de São Paulo

portância vital para compreender não só a história de São Paulo, mas de todo o Brasil, já que da capitania de São Vicente partiram os bandeirantes para constituírem o atual território do Brasil.

Aloizio Mercadante disse ser uma honra para o Senado participar de uma feira do porte da Bial de São Paulo, a maior do Brasil. Segundo o parlamentar, a republicação das três obras "permite a historiadores, pesquisadores e a todos os interessados conhecer mais profundamente nossa trajetória como sociedade".

Uma das mais antigas instituições do país, o Senado tem um compromisso com a cultura e a história nacional, abrindo oportunidade para recuperar obras que estavam esgotadas, trabalhos importantes para quem tem interesse em preservar e aprofundar o conhecimento sobre a riqueza da história do Brasil. É mais uma contribuição à cidadania que o

Senado promove – destacou.

Os livros

Washington Luís (1869-1957) tentou, sem êxito, imprimir uma terceira edição de sua obra maior em 1955. Cogitada desde 1951, essa nova edição de *Na Capitania de São Vicente* vem agora a público por intermédio da editora do Senado. O livro resulta de pesquisas feitas pelo autor em atas da Câmara e no Arquivo Público de São Paulo, entre 1902 e 1903.

A obra de Taunay (1876-1958) reproduz edição do quarto centenário de São Paulo. O próprio autor compilou vários textos anteriores sobre a história da cidade, dos períodos colonial, imperial e republicano, publicados desde 1921. O livro de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) trata dos primeiros séculos da capitania de São Vicente, assim como narra a vida de seu avô, Pedro Taques Almeida, capitão-mor e governador da capitania de São Vicente e São Paulo, de 1684 a 1687.

infantis para os que já nasceram com a deficiência. É uma luta que tem a simpatia do Senado Federal – afirmou.

Foram agraciadas as entidades: Fundação Dorina Nowill; Associação dos Deficientes Visuais (Adeva); Instituto de Cegos Padre Chico; e a Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara). Cada entidade recebeu um exemplar do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência; do Estatuto

da Criança e do Adolescente; da Lei de Doações de Órgãos ("esperança do deficiente visual", lembrou Tuma); da Constituição de 1988; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; e do livro *Conselho aos Governantes*.

Romeu Tuma destacou as iniciativas do presidente do Senado, José Sarney, para aprimorar as edições em braille impressas pela gráfica.

Augusto: violência é fruto de exclusão social

Não é a idade que torna o jovem mais ou menos violento, mas a carga social que ele e sua família são obrigados a suportar pela exclusão social, que os marginaliza e oprime, afirmou o senador Augusto Botelho (PDT-PR). Ele propôs que os projetos sociais que pretendem ajudar adolescentes e crianças pobres, para evitar seu ingresso no crime, procurem auxiliar a família como um todo e não apenas um indivíduo.

De acordo com o senador, a desqualificação profissional dos pais leva-os a terem baixa remuneração, tornando-os não consumidores, numa sociedade que leva em conta o quanto as pessoas consomem como parâmetro para fixar sua existência e posição social.

Essa marginalização dos pais estigmatiza o jovem, transformando-o em um rejeitado, tanto pela sociedade, que vê nele alguém que não pode consumir, e portanto não existe, quanto pela própria família, que o tem apenas como "mais uma boca" dentro de casa. O jovem, se não contribui para o



FAMÍLIA Programas sociais para jovens também devem envolver os pais, afirma Augusto Botelho

orçamento familiar, passa a contribuir com sua ausência – observou o senador.

Para Augusto, a crença de que o controle do crime organizado sobre as comunidades é baseado apenas na intimidação do poder armado "é fácil e cômoda, mas não é verdadeira".

Segundo ele, as quadrilhas são parte da vida dos pobres da periferia, esquecidos pelo poder público. Augusto ressalta que, muitas vezes, há apenas a presença da polícia, com toda a carga negativa que ela historicamente representa para as classes menos favorecidas.

Suplicy busca acordo entre José Celso e Silvio Santos

O diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa e o presidente do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Silvio Santos, se reuniram no domingo no Teatro Oficina, em São Paulo, para conversar sobre que destino será dado ao terreno ao lado do teatro. A informação foi prestada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que intermediou o encontro.

Suplicy relatou que a pendência sobre a área já dura duas décadas, desde que Silvio Santos comprou o quarteirão em que está localizado o Oficina para construir um shopping cultural. José Celso, por sua vez, defende que no terreno seja construído um teatro-estádio, uma expansão do Oficina, projetado pela arquiteta



MEDIAÇÃO Suplicy visa entendimento sobre terreno ao lado do Teatro Oficina

Lina Bo Bardi e tombado pelo Patrimônio Histórico.

No encontro, afirmou o senador, José Celso entregou a Silvio Santos o projeto de expansão do teatro. A intenção do é tentar conciliar as propostas, explicou Suplicy.

O encontro foi possível depois que o colunista Contardo Calligaris, da *Folha de S. Paulo*, propôs em carta aberta a Silvio Santos que ele conversasse com José Celso, disse Suplicy.

Benefícios

Ainda em seu pronunciamento, Suplicy afirmou que a equipe do presidente Lula está pensando em, além de dar um aumento substancial para o salário mínimo, elevar também o salário-família.

Obras em braile são doadas a instituições

O primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma, doou, em nome do Senado Federal, coleções de livros em braile a quatro entidades de assistência a portadores de deficiência visual de São Paulo. Na solenidade, o parlamentar anunciou a intenção da Casa de editar livros infantis em braile, para pessoas que já nasceram com a deficiência ou a adquiriram muito precocemente.

– Nosso sonho é buscar livros

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Augusto Botelho